

Tutela promete atenção imediata à Construção no Algarve

O Ministério da Economia e do Emprego vai analisar, de imediato, a situação dramática em que se encontra a atividade da Construção no Algarve e reunir com as empresas da região associadas da AECOPS.

A garantia foi dada pelo ministro Álvaro Santos Pereira, após ter recebido um memorando elaborado na sequência de um encontro recente de dezenas de empresários algarvios associados da AECOPS com o deputado social-democrata eleito pelo círculo eleitoral de Faro, Mendes Bota, e durante o qual foram debatidas as origens dos problemas do segmento das Obras Públicas e as possíveis saídas para evitar o seu aniquilamento na região, com a consequente perda de 4.000 postos de trabalho, diretos e indiretos.

O documento, no qual se apontam os atrasos nos pagamentos, a falta de novos trabalhos, a ausência de refinanciamento por parte da Banca e o desemprego maciço como as principais razões do “desespero total” que grassa entre as empresas que se dedicam às Obras Públicas, alerta para a necessidade da adoção de medidas urgentes e extraordinárias, sob pena de se assistir, nos próximos quatro meses, à falência total deste ramo de atividade da Construção.

“Ou se atua com urgência ou será tarde demais”, sublinha-se no referido memorando, onde também se pode ler que “não dá sequer para esperar pelos efeitos da Lei dos Compromissos, pela aprovação da Lei do Arrendamento Urbano, pela reafectação dos fundos do QREN ou pela entrada em funcionamento do PME Invest, do PME Crescimento, do Programa Revitalizar ou do Programa Jessica”.

Face à existência dentro da “crise portuguesa” de uma “crise algarvia”, que é mais gravosa e requer um tratamento de exceção e urgência, Mendes Bota, autor do documento, termina com um apelo ao titular da pasta da Economia e do Emprego para que “reúna com estes empresários e avoque a si a tomada das medidas que a situação exige”.

Em resposta, Álvaro Santos Pereira assegurou que iria de imediato analisar a situação conjuntamente com os seus secretários de Estado e reunir com os empresários em causa.

MEMBRO DE:



FEPIOP



GCI-UICP